

A CRÔNICA DO ANÔNIMO DE CANTERBURY E A ESCRITA DA HISTÓRIA NA GUERRA DOS CEM ANOS (1346 – 1365)¹

Fernando Pereira dos Santos²

Resumo: A cronística na Inglaterra trecentista conta com o gradual estabelecimento de homens laicos em sua realização, e a definição sobre o que figurar nas narrativas é resultado de percepções partilhadas naquele período de grandes conflitos contra inimigos externos e de vasta disseminação de textos oficiais nas esferas administrativas do reino. Na *Chronicle of Anonymous of Canterbury*, o clérigo cantuariense enfatiza o uso daqueles registros para a realização de seus relatos. No presente artigo, refletimos sobre a não-aceitação de crônicas como fontes passíveis de análise por historiadores do início do século passado, bem como discutiremos alguns dos tópicos recorrentes no texto em questão, sob a hipótese de que as escolhas do cronista para o que viria compor sua narrativa demonstram-se reveladoras acerca do fazer histórico de seu próprio tempo.

Palavras-chave: Crônica; Historiografia Medieval; Guerra dos Cem Anos.

THE CHRONICLE OF ANONYMOUS OF CANTERBURY AND THE WRITING OF HISTORY IN THE HUNDRED YEARS WAR (1346 – 1365)

Abstract: The fourteenth-century English chronistic reckons with the progressive settling of laymen in its making, and the definition of what to feature in those narratives is the outcome of shared perceptions in those times of great clashes against foreign enemies and the broad dissemination of official texts in the realm administrative spheres. In the *Chronicle of Anonymous of Canterbury*, that secular clerk highlights the usage of such registers to perform his account. In this paper, we shall ponder on the non-acceptance of chronicles as sources liable to analysis by historians in the beginning of the last century, as well as we shall discuss some of the recurrent topics in that text, under the hypothesis that the choices of its chronicler to what would be part of his narrative are revealing in regard of the historical writing of his own time.

Keywords: Chronicle; Medieval Historiography; Hundred Years War.

¹ Texto apresentado no III Encontro da Abrem Centro-Oeste e I Seminário Internacional de História Medieval (UEG/UFG/PUC-GO) em Abr/2014.

² Mestrando em História - Programa de Pós Graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Franca, São Paulo - Brasil. Pesquisa realizada sob o fomento da Fundação de Amparo à pesquisa de São Paulo (FAPESP). Email: fernando_trad@yahoo.com.br

1. Crônicas na historiografia medieval inglesa

A escrita da história durante a Idade Média perpassa uma longa tradição de saberes. Modelos foram propostos, como o das seis eras por Santo Agostinho e o das quatro monarquias influenciado pelos escritos bíblicos (SMALLEY, 1974: 32 – 34); a forma se altera, onde se justapõem inúmeros exemplares, como anais, hagiografias e crônicas; assim como o conteúdo sobre o que se considera válido de registro: da vida de homens notáveis à questões políticas; de milagres à acontecimentos de cunho local e universal. O caminho percorrido por tal fazer no medievo não foi transcrito de forma perene, mas com questionamentos sobre suas utilidades por homens inseridos em contextos distanciados geográfico-temporalmente como Isidoro de Sevilha (c. 556 – 636) (SEVILLE, 2006: 67) e Gervásio de Canterbury (c. 1141 – c. 1210) (GALBRAITH, 1951: 2). No entremeio dessa grande tradição, não interrogamo-nos se os responsáveis pelas produções históricas ao longo do medievo teriam consciência sobre tais mudanças, pois se trata de uma questão perniciososa para delinearminimamente seus contornos no presente espaço, cabendo-nos assim tomar de empréstimo a proposição de Étienne Gilson, onde atenta para a necessidade de entendermos como elas mudam, de onde vem, aonde vão, em que ponto elas próprias se situam na linha que liga o passado ao futuro (GILSON, 2006: 476 - 478).

Na Inglaterra trecentista, período de intermitentes conflitos que posteriormente vieram a ser designados como a ‘Guerra dos Cem Anos’, a forma de realizar a escrita da história gradualmente foi perdendo sua força no âmbito monástico, mas ainda não a ponto de esvaír-se por completo, o que viria a ocorrer apenas em meados do século XVI (WOOLF, 1988: 324). Contudo, a partir da década de 1340, um crescente número de indivíduos ligados ao século empenha-se na realização de tal atividade. Seus interesses, por assim dizer, relacionam-se à um público alvo composto por indivíduos laicos, que de forma geral primam por descrições de seus feitos bélicos, ou melhor, aqueles cronistas, agora com fortes ligações ou mesmo pertencentes à uma nobreza guerreira, tem uma percepção do mundo dessemelhante aos monges, até então os grandes responsáveis pelo registro histórico. Dessa forma, os fólhos daquelas narrativas não vem mais permeados por milagres atribuídos aos santos; nem mesmo das pitorescas descrições de cometas pressagiando grandes acontecimentos ou de animais e fenômenos climáticos com significações ulteriores. O que se observa naquele momento é a cessão de espaços pelo maravilhoso e o sobrenatural do fazer bélico, com seus cercos intermináveis, batalhas contra inimigos muitas vezes mais numerosos, discursos

heróicos diante da adversidade, vicissitudes e abnegações inerentes à vida do cavaleiro, onde todas, a seu modo, acabam por serem atitudes honoríficas da ação marcial perpetrada pela nobreza dirigente do reino³. Isso não significa dizer que todos esses elementos supracitados não pudessem aparecer em conjunto e nem mesmo que o registro histórico tivesse sofrido profundas alterações, pois afinal a Bíblia e os textos patrísticos ainda eram as grandes matrizes a serem seguidas na escrita histórica (AMADO, 2007: 39). Contudo, é possível distinguir certas alterações naquelas formas de realização do saber devido à inserção de homens laicos no que outrora fora um estreito círculo de produção.

Talvez o mais afamado desses indivíduos, e que ainda hoje é tido como um dos pilares da exposição dos eventos bélicos entre ingleses, franceses e seus respectivos aliados, foi Jean Froissart (c. 1337 – c. 1405). Em suas *Chroniques*, a preocupação com os feitos guerreiros da nobreza podem ser encontrados em abundância, e de certa forma povoaram a imaginação ocidental sobre a profissão de armas sob os moldes do cavaleirismo. Entretanto, para além de Froissart e as suas descrições acerca “dos bons feitos dos homens valorosos que os conquistaram por sua proeza” (FROISSART, 1988: 3), os cronistas laicos apontavam, de forma geral, para questões concernentes à nobreza com funções diretamente ligadas à administração, política e economia do reino. Dentre o variado escopo dos cronistas ingleses, foram alvo de seus registros temas tão diversos como as alterações climáticas que ocasionaram déficits nas safras agrícolas e na produção de lã na primeira metade do século XIV; turbulências políticas, com um Parlamento cada vez mais organizado em grupos de *magnates* e *gentry* interessados em garantir seus interesses locais e pessoais perante o reino; o *coup d'état* sofrido por Eduardo II, e seu suposto assassinato em 1337; as epidemias de Peste Negra, que afetaram em escalas distintas vilarejos e cidades entre as décadas de 1340 e 1360 e assim por diante.

Notadamente, as diversas questões concernentes ao cotidiano não passaram despercebidas por escritores coevos, estivessem ou não diretamente ligados à escrita da história. Geoffrey Chaucer (c. 1343 – 1400), em seu *Pardoner's Tale*, aponta para a grande mortandade causada pela peste (BEIDLER, 1982: 257 – 269), enquanto que William of Ockham (c. 1288 – 1347), em tratados escritos no exílio, questionava as

³ O papel da honra e o constante desejo em atrelá-la ao nome de certos indivíduos em muitas das crônicas do período são discutidas com mais detalhes por William Brandt. Cf. BRANDT, William J. *The shape of medieval history: studies in modes of perception*. New Haven: Yale University Press, 1966.

isenções da Igreja em relação ao pagamento de taxas para a Coroa em períodos de conflitos (OCKHAM, 2002: 141 – 197). Contudo, não apenas indivíduos cujos nomes viriam a reverberar pela posteridade nos legaram suas impressões, mas também contemporâneos que por razões diversas permaneceram no anonimato, mas cujos registros igualmente atentam para as vicissitudes ocorridas entre seus contemporâneos. O autor da *Song against the king's taxes* (THE SONG, 1839: 182 – 187) alerta para o risco de rebelião das camadas camponesas devido as onerosas cobranças das *purveyances*⁴, assim como o clérigo responsável pela composição da *Vita Edwardi Secundi* credita a ameaça escocesa e os danos provocados ao norte do reino à liderança política titubeante de Eduardo II após a derrota sofrida em Bannockburn em 1314 (VITA EDWARDI, 2005: 107 – 109). O ‘anonimato’ na escrita cronística, ou melhor, o desejo deliberado ou fortuito de que um manuscrito permanecesse sem atribuição a um único realizador nem sempre se devia a intenção de seus responsáveis para que assim permanecesse⁵, porém, dentre os escritos nestas condições produzidos na Inglaterra trecentista, interessa-nos aquele elaborado por um clérigo cantuariense⁶ e conhecido como *The Chronicle of Anonymous of Canterbury* (A Crônica do Anônimo de Canterbury).

Aquela crônica apresenta dentre seus motes os conflitos contra os franceses entre os anos de 1346 - 1367, partindo sua narrativa do desembarque de Eduardo III (r. 1327 – 1377) em terras francesas pouco antes da Batalha de Crécy, e culminando na Batalha de Nájera, onde Eduardo, o Príncipe Negro (1330 – 1376), desempenha papel relevante. A peculiaridade da Crônica do Anônimo de Canterbury, entretanto, ocorre pela abordagem que realiza de temas tão comuns à seu tempo: diferentemente dos textos de Froissart, Jean le Bel e do heraldista do cavaleiro *Sir John Chandos* (c. 1320 – 1369),

⁴ As camadas camponesas foram duramente sufocadas não somente pelas pesadas taxações mas também pelo abuso de poder dos agentes do monarca, que praticavam atos ilícitos como a confiscação de terras e outros bens em seu próprio benefício (WAUGH, 1991: 159 – 160).

⁵ Esse tipo de atitude do cronista não era incomum, mas sim ligada a outros fatores que a escrita cronística inglesa apresentava no século XIV. Se anteriormente, nos escritos monásticos, muitos monges deixavam de referir seus nomes, por acreditarem que eram apenas um meio pelo qual ocorria a transmissão da mensagem divina, os cronistas ingleses com ligações laicas poderiam fazer uso de criptogramas e acrósticos por simples diversão dos seus leitores, ou mesmo para esconderem seus nomes em textos de cunho político. De qualquer forma, embora tais abreviações fossem criadas para dar a impressão de esconder um nome, na verdade elas serviam como um modo para revelá-los. Um exemplo disto ocorre na introdução da *Polychronicon*. Ali, Ranulf Hidgen indica o desejo de apontar sua própria autoria acerca apenas do que escreve em contraposição àquilo que compila, uma vez que aponta em certas passagens do texto questões que ele abordará para “além das minhas próprias palavras”. Desse modo, prossegue Hidgen, quando ele próprio “falar”, uma letra ‘R’ será colocada na margem” do trecho em questão (HIDGEN, 1865, p. 21).

⁶ Doravante, o mesmo será referido como “Anônimo”, para evitar longas repetições.

onde os aspectos da cavalaria são exaltados, o cronista cantuariense realiza uma abordagem sob o ponto de vista burocrático do conflito, ou seja, interessa-lhe elencar não somente dados como nome de combatentes e resultados dos embates (ponto até aí partilhado com outras crônicas cavaleirescas do período), mas também registrar os tratados e acordos decorrentes das vitórias dos ingleses em terras continentais.

Contudo, antes de ponderarmos especificamente sobre aquela crônica, cabe uma breve ressalva sobre as perspectivas oferecidas pelos olhares lançados sobre aqueles textos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, período este onde na Inglaterra boa parte daquele material foi compilada, classificado e ainda hoje é empregado através daquela referência organizacional. A influência daquela geração de historiadores refletiu-se por muito tempo na abordagem empregada às crônicas, relegando-as à segundo plano em detrimento a outros tipos de documentação que foram tomadas por mais ou por menos “verdadeiras”, ou melhor, por sua capacidade de auferir autoridade ao que descreviam, segundo os parâmetros daquela forma de se conceber a história na virada do século passado. Como poderia um historiador compromissado com o rigor “científico” empregar como elemento central de suas inquirições relatos como a da *Chronicle of Lanercost* de que certo dia, enquanto o rei Eduardo I e sua rainha conversavam em seus aposentos, “um raio de luz entrou por uma janela atrás dos mesmos, passando entre eles sem tocá-los, matando dois criados que estavam em pé próximos a eles, mas não impingindo [ao casal] nenhum dano sequer” (THE CHRONICLE OF LANERCOST, 1913: 55)?

Gabriel Monod (1844 – 1912) partiu do princípio de que os medievos empenhados na escrita da história seriam incapazes de tal incumbência por não representarem os eventos e relatá-los de uma maneira original e pessoal, o que, segundo a abordagem da escola positivista onde está inserido, aloca os cronistas ao papel de meros compiladores. Para o historiador francês, os cronistas “não sabem fazer outra coisa que copiar suas fontes”, o que os tornavam “autores de compilações ou de manuais, cujas obras são destinadas a resumir os conhecimentos da época e a substituir, nas bibliotecas dos mosteiros, os livros mais raros e mais caros” e, portanto, sentencia Monod em concordância com os “espírito” de seu período, “o que nomeamos pesquisas históricas, a crítica histórica, não poderia existir na Idade Média” (MONOD, 2006: 20 - 21). Thomas Frederick Tout (1855 – 1929) faz uma crítica ambivalente. Por um lado, ele ataca os que acreditam que a simples consulta aos registros oficiais, como as atas do Parlamento, poderiam trazer a “verdade” sobre o passado à tona, sem que qualquer tipo

de crítica ou investigação mais profunda fosse realizada sobre as mesmas. Por outro, embora seja um defensor do uso de crônicas como objetos válidos para os estudos históricos em pleno início do século XX, afirma que os cronistas possuíam poucas oportunidades de lidarem adequadamente com a história de períodos distantes. Tais indivíduos teriam pouca noção de historicidade, de acordo com suas hipóteses, e seriam incapazes de apreenderem atmosferas que distavam das deles, pois, “como crianças, não eram capazes de distinguir entre a verdade, buscada por um processo intelectual, e o produto romântico da imaginação” (TOUT, 1922: 10 – 12)⁷.

Outro nome que merece destaque nesse sentido é o de Jan Frans Verbruggen (1920 -), que em meados da década de 1950, faz uma severa crítica sobre o uso de tais crônicas. Sob seu ponto de vista, as descrições de batalhas, principalmente aquelas feitas por crônicas monásticas, frequentemente apresentam “uma narrativa incompleta, [...] e como o clero por vezes era ignorante sobre questões militares, inventavam relatos ou adicionavam detalhes imaginários” (VERBRUGGEN, 1997: 10). O historiador belga tem naquela obra a preocupação da abordagem militar, onde o que lhe interessa acima de tudo é a descrição de táticas e movimentos estratégicos em batalha. Nesse sentido, para ele, a grande vantagem apresentada por crônicas laicas é que se tornam “mais confiáveis”, pois “foram escritas por cavaleiros e seus confidentes, que testemunharam certas batalhas ou mesmo engajaram-se nas mesmas” (VERBURGGEN, 1997: 11). O universo do cronista, ao que parece, não era válido ou mesmo digno de questionamentos, bem como o conjunto de elementos e ideias que o compunham, e assim como seus contemporâneos, Verbruggen sintetiza que “pela carência de critérios, [os cronistas monásticos] geralmente apresentam uma ingenuidade surpreendente” (VERBRUGGEN, 1997: 10).

No mundo anglófono, Richard Southern (1912 – 2001), afamado historiador de uma geração privilegiada que teve entre seus congêneres Jacques Le Goff e Bernard Guenée, destaca no primeiro de seus quatro discursos à Sociedade Histórica Real (*Royal Historical Society*) o papel exercido por aqueles responsáveis pela escrita da história na Idade Média, ou seja, destaca sua inserção dentro de uma tradição intelectual vigente, seu “lugar social” e as intencionalidades que permeiam seus escritos não apenas como “fontes repositórias para eventos”, mas como objetos de estudos em si. Nesse sentido, ele aponta para os usos da história pela geração que o precede e, conseqüentemente, da

⁷ Todas as traduções doravante realizadas são de minha autoria.

qual é herdeiro, onde enfatiza o trabalho realizado por William Stubbs, antiquário responsável pela edição de inúmeros manuscritos medievais. Segundo Southern, Stubbs e seus contemporâneos realizaram um trabalho meritório e vigoroso na edição e catalogação daquela corpora de textos, porém com um grande demérito:

[...] (Stubbs) contentou-se em usar as crônicas e histórias (*histories*) do passado como simples depositórios de fatos que precisam ser peneirados e purificados cuidadosamente para se tornarem utilizáveis para nossos propósitos, mas que não requeriam nenhuma profunda investigação profissional dos princípios de seleção, ênfase ou composição que determinaram sua preservação. [...] Elas (as fontes textuais) eram um material bruto para seus próprios trabalhos e de outros historiadores. Ele as examinou pela confiabilidade, e se inquiriu se as mesmas forneciam novos fatos que não poderiam ser encontrados em qualquer outro lugar. Em suma, ele pouco se importava com as mentes dos homens, que inconscientemente determinavam que materiais deveriam estar disponíveis para seu ofício (BARTLETT, 2004: 11).

Assim, a crítica feita por Southern ressoa uma preocupação que começa a tomar corpo, já em meados da década de 1960, quando as noções de cientificidade da disciplina histórica são colocadas em cheque por nomes como Paul Veyne e Hayden White. Até então uma parcela significativa dos estudos históricos eram amplamente devotados à identificação do que poderia ser entendido como “verdadeiro”, e tal abordagem apresenta inúmeros problemas para tratar de questões acerca das noções contemporâneas de história, realidade, fato e ficção. Para a compreensão dos textos medievais, é necessário que se entenda seus artifícios retóricos e suas técnicas literárias, ao qual podemos acrescentar o emprego de estudos em áreas correlatas, como a filosofia e a teologia (SPIEGEL, 1997: XV). Neste campo de abordagem, os textos e seus compositores não mais passam a serem abordados como os supracitados “repositórios de fatos”, mas sim como partes constituintes de uma realidade fragmentada na qual estavam inseridos, e que assim podem fornecer indícios sobre os modos de pensar e entender o mundo em voga naquelas sociedades. A inserção dos manuscritos medievais em seu contexto deve levar em conta inúmeros elementos, desde sua organização física, onde vários manuscritos foram catalogados (nem sempre pelos medievos) em um conjunto único, até sua relação intra e intertextual com textos que os precedem, pois encontram-se dentro de tradições que abarcam tanto aquilo que era válido de registro como a sua forma de composição e escrita, continuando-os ou mesmo citando-os ‘verbatim’.

Atualmente, um grande número de estudos acerca dos textos cronísticos tem sido realizado por pesquisadores de áreas diversas como a História e a Literatura, passando pela Linguística e Codicologia. Dentro da medievalística britânica, historiadores de diferentes gerações como Antonia Gransden (GRANSDEN, 2000), Chris Given-Wilson (GIVEN-WILSON, 2004) e John Taylor (TAYLOR, 1987), cada qual a seu modo, trabalham com as especificidades que aquele tipo de documentação possui e, deste modo, impulsionam o uso daqueles textos em conjunto com outros documentos. O emprego de crônicas medievais, por conseguinte, nos oferece uma ampla perspectiva de análises não apenas sobre o conteúdo da narrativa factual, mas também sobre os lugares comuns dos saberes para homens e mulheres que registraram os eventos passados. Sua delimitação entre o que poderia ser entendido como passado e presente, os usos da memória e as finalidades a serem alcançadas pela composição de tais manuscritos tem sua própria historicidade, cada vez tem sido mais enfatizada pelos estudos históricos contemporâneos. Dito de outro modo, não cabe ao historiador moderno inquirir-se sobre as possíveis deficiências daquelas narrativas para a elucidação do passado, imputando-lhes questionamentos não pertinentes aos seus compositores, pois devemos atentar para os princípios que ditavam a organização cronística laica, isto é, a busca da descrição da nobreza dentro de padrões vigentes naquele momento e com o comportamento esperado diante de cada situação, como a bravura diante da batalha, a generosidade para com seus pares, a humildade e piedade frente à seus inimigos e assim por diante (BRANDT, 1966: 107 - 116).

Portanto, no presente artigo, nossa meta não é atentar às particularidades dos códices onde os quatro manuscritos da *The Chronicle of Anonymus of Canterbury* existentes se encontram⁸ e nem mesmo problematizar a questão da validade de análises de tais textos como fontes, mas sim apresentar, concisamente, questões inerentes às formas de concepção histórica que permeiam a construção narrativa daquela crônica.

2. A crônica e seus elementos

Na última década, crônicas escritas durante a segunda metade do século XIV foram vertidas para o inglês moderno por historiadores, como a *The Chronicle of*

⁸ As duas únicas edições impressas da crônica, realizadas respectivamente por James Tait em 1914, e por Chris Given-Wilson e Charity Scott-Stokes em 2008, apresentam nos textos introdutórios à crônica informações levantadas a respeito das origens e disposição atual que se encontram os manuscritos.

Geoffrey le Baker (A crônica de Geoffrey le Baker); a *Scalacronica* e a *The True Chronicles of Jean le Bel* (As crônicas verdadeiras de Jean le Bel). Tais traduções são de extrema importância, uma vez que a escrita da história, no reino da Inglaterra, foi relegada para segundo plano entre as décadas de 1340 e 1360, e assim são contabilizados escassos registros contemporâneos deixados por aquele período. O declínio na produção histórica deve-se a fatores diversos⁹, merecendo destaque entre eles a disseminação e alta mortalidade causada pela Peste Negra no período entre 1348 - 1355, uma vez que os responsáveis pela composição e manutenção de tais crônicas não estavam imunes as vicissitudes daquele momento¹⁰ (GIVEN-WILSON; SCOTT-STOKES, 2008: XXXVII). Escrita a partir de 1357, a *The Chronicle of Anonymus of Canterbury* não pode ser dissociada dos eventos coetâneos de grande magnitude nos últimos anos, como as vitórias inglesas nas batalhas de *Crécy*, *Neville's Cross* e *Poitiers*, além da captura dos monarcas João II da França e Davi II da Escócia, ou seja, assim como outras crônicas do período, uma de suas características é o tom 'comemorativo' dos feitos guerreiros da nobreza (GRANSDEN, 2000: 60).

Na presente edição, a tradução do texto é feita através do cotejamento entre os quatro manuscritos existentes, que até então não haviam sido estudados como cópias de um mesmo texto original. Mesmo não sendo possível precisar quem foi seu autor, duas hipóteses foram traçadas para tentar evidenciar ao menos seu local de composição. Na primeira, elaborada no século XVI pelo historiador Henry Wharton, atribui a autoria do texto à Stephen Birchington, monge de Canterbury, baseado em similaridades apresentadas entre o texto daquela crônica em comparação aos outros que também fazem parte do mesmo conjunto de manuscritos. Tal hipótese, entretanto, é descartada por seu editor do século XX, James Tait (TAIT, 1914: 63). Para Tait, o autor do manuscrito não poderia ser o referido Birchington, porquanto a narrativa é terminada pouco após a batalha de Nájera, em 1367, e Stephen Birchington teria começado sua carreira em Canterbury apenas em 1382. Acredita-se, embora não se chegue a uma denominação precisa, que seu autor tenha sido um clérigo da catedral de Canterbury, o qual possivelmente tomou proveito de sua posição geográfica privilegiada entre Londres e Calais, o porto de desembarque de tropas inglesas no continente, para aceder ao

⁹ Uma discussão mais detalhada sobre o declínio da produção da escrita da história, principalmente aquela produzida em casas monásticas na Inglaterra entre finais do século XIV e início do século XV são apontadas por Given-Wilson (2008: 1 - 16).

¹⁰ Devemos atentar, entretanto, que a disseminação da Peste Negra ocorreu de maneira disforme pela Grã-Bretanha, e enquanto algumas áreas foram severamente afetadas, outras parecem ter sofrido pouco ou quase nenhum dano (WAUGH, 1991: 85 - 92); (HORROX, 1994).

contato com viajantes que obrigatoriamente teriam de passar por aquela região (TAIT, 1914: 69).

Esse seu interesse nos relatos daqueles diretamente envolvidos nos conflitos, desde guerreiros até mesmo ao de pessoas ligadas ao rei da França durante seu cativeiro na Inglaterra na primeira metade da década de 1360 é partilhado com outros indivíduos coevos, como o cavaleiro Thomas Gray (c. 1310 – 1369), responsável pela *Scalacronica*. Entretanto, seu foco é voltado majoritariamente à diplomacia, aos tratados firmados com os inimigos continentais e a burocracia concernente ao conflito, em dissonância, portanto, em relação a alguns de seus contemporâneos mais insígnies, que apresentam como seu mote os eventos descritos e narrados em torno da figura e dos feitos guerreiros de Eduardo III ou de personagens destacados durante as batalhas. Por conseguinte, quando relata eventos bélicos como as *chevauchées*¹¹, cercos e batalhas, o Anônimo o faz de forma concisa, como no relato da batalha de Poitiers:

Na segunda-feira, dia dezenove de setembro no ano de nosso senhor 1356, quando o dito príncipe¹² estava em seu vigésimo sexto ano (de idade), uma feroz e prolongada batalha foi travada entre ele e o Senhor (*dominum*) João, auto-denominado rei da França, no campo próximo à Poitiers, e em cuja batalha o dito príncipe tinha somente três mil *men-at-arms*¹³, mil arqueiros e mil *sergeants*¹⁴ em seu séquito (CHRONICON, 2008: 21).

Por sua vez, as descrições dos resultados obtidos pelas mesmas, seja em tréguas e ordenamentos parlamentares, permeiam boa parte do material ali apresentado. Isto se deve, muito provavelmente, às expectativas de seu público alvo, possivelmente clérigos ligados às altas instâncias administrativas do reino, preocupados muito mais com a postura (*stance*) da nobreza laica e mesmo de seus pares (que por vezes também iam às armas) antes e depois do conflito (BRANDT, 1966: 117). Tal conjectura pode explicar, no caso da crônica do Anônimo, as breves descrições do que ocorrera no campo de batalha em conjunto com as muitas listagens de mortos e capturados.

¹¹ De acordo com Coredon e Williams (2004: 70), as *chevauchées* consistiam na queima e pilhagem do território de um inimigo, com fins de enfraquecê-lo e forçá-lo tanto ao combate direto como para destruir as fontes de provisões que alimentavam guarnições de mais difícil acesso.

¹² Eduardo, príncipe de Gales e então herdeiro da coroa.

¹³ O termo *man-at-arms* refere-se a indivíduos de origem nobiliárquica e que aspiravam tornarem-se cavaleiros (*knights*), mas que, em geral, acabavam por atuar como guerreiros profissionais sob paga e por tempo determinado. Seu status colocava-lhes abaixo de outros homens com títulos mais proeminentes, como os próprios *knights* e *bannerets* (COREDON; WILLIAMS, 2004: 189).

¹⁴ O termo *sergeant* refere-se no presente contexto a um indivíduo que carregava o estandarte de seu senhor no campo de batalha (COREDON; WILLIAMS, 2004: 255).

Do mesmo modo, esse cronista também destaca as questões ligadas à política interna do reino que foram tratadas sumariamente por outros congêneres. Um exemplo disto é a descrição do *First Treaty of London* (Primeiro Tratado de Londres), datado de 1358, que lida com os termos de pagamento de resgate do monarca João II da França, capturado pelos ingleses e levado à Londres como refém. O Anônimo realiza não uma descrição sucinta do mesmo, mas sim uma cópia supostamente integral, fazendo com que nesse sentido sua crônica mereça certo destaque, pois a versão do tratado presente em sua narrativa destoa de todas as outras conhecidas, sugerindo assim que ele pode ter acedido a um documento não oficial, ou mesmo à uma cópia em posse dos religiosos encarregados da condução de negociações diplomáticas em seu retorno às terras continentais (SCOTT-STOKES; GIVEN-WILSON, 2008: XXVI).

Esse interesse do cronista pela documentação oficial tanto para fins de divulgação dos resultados da empreitada inglesa em solo francês como também sobre a política interna do reino também pode ser inferida pelo seu registro do Estatuto das *Purveyances*, questão que esteve em pautas por diversas vezes no cenário político do reino durante o governo de Eduardo III. Devido aos constantes pedidos do monarca ao Parlamento para a ratificação do imposto com a finalidade de alimentar sua “máquina de guerra”, o cronista possivelmente julgou necessário copiá-lo por inteiro devido às constantes reclamações de abusos contra agentes do rei por todo o reino, que realizavam “compras compulsórias” de bens a preços inferiores a seu valor real, além de inúmeras outras denúncias de desvios e apropriações indevidas de víveres e dinheiro (WAUGH, 1991: 204 – 205). Registros prévios acerca de queixas contra tais medidas no reinado de Eduardo III datam de 1327, 1344, 1346 – 1348 e 1352, levando-nos a inferir sobre o grande impacto causado na economia local por aquele tipo de ação, tornando seu registro, com finalidades de recuperação daqueles bens em momentos futuros, de grande relevância para o cronista e também, possivelmente, para seus mantenedores laicos.

Como tais cobranças dividiram fortemente as opiniões do reino acerca não apenas de sua legalidade, mas também de sua necessidade e principalmente sobre quem arcaria com tais despesas, é notável que o Anônimo não emita qualquer tipo de comentário mais incisivo sobre o tema, limitando-se a realizar uma compilação de dados sobre tal assunto. O cronista trata da questão apenas duas vezes ao longo do texto. Na primeira, ele aponta para a passagem de agentes reais por Kent, que ali permanecem “por todo o outono, confiscando alimentos, outros bens e qualquer outra coisa que pudessem” (CHRONICON, 2008: 48 – 51) para provisionarem as tropas do rei que

marchavam pela região. Na segunda, ele se restringe a copiar os estatutos de 1362, como dissemos anteriormente, e que abordam as taxações (CHRONICON, 2008: 125 – 129). Essa política de taxações reais foi um dos tópicos recorrentes naquele momento, pois os súditos em diversas instâncias eram afetados diretamente pelas mesmas, e se o Anônimo optou por um quase silenciamento sobre a questão, outros contemporâneos, como William of Pagula e Walter of Milemete¹⁵, cada qual a seu modo, tomam posições particulares acerca de tal prática.

Destarte, a Crônica do Anônimo de Canterbury é marcadamente compilatória, ou seja, muito embora possa ter sido composta através de relatos advindos de fontes orais ao cronista, seu conteúdo denota para um registro esquemático de informações escritas e copiadas de outros documentos que circularam pelas altas esferas do reino naquele momento. Entretanto, sua importância se dá justamente pelo modo de composição, onde o Anônimo seleciona e apresenta sua visão do conflito à partir da esfera burocrática, pois do mesmo modo que indivíduos ligados ao fazer bélico partilhavam do interesse pelo embate, aquela crônica é produto de um homem que ainda que possa ter tido contato com o século, ao que tudo indica, esteve inserido nas esferas clerical, e portanto partilha de formas, percepções e utilidades para a composição histórica segundo parâmetros esperados por seu provável público alvo. Logo, a opção do cronista por majoritariamente compilar dados, mesmo para períodos contemporâneos à produção daquele texto, nos faz considerar o que para ele foi o método válido para atestar a verdade depositada nos escritos tão almejada naquele tempo, construindo uma narrativa em prosa e onde figuram descrições acerca dos resultados concernentes ao conflito, isso tudo apoiado por uma documentação que assume papéis de autoridade e visa a perpetuação e continuidade dos poderes e da ordem social.

Um dos momentos onde isso ocorre é observado na descrição das justas de 1362 em Smithfield. Inicialmente, o cronista cita que as mesmas ocorrerão por força da Proclamação Pública (*public proclamation*) emitida pelo rei Eduardo III naquele ano em favor de sua realização. Ele atesta assim, sob os parâmetros de seu tempo, que mesmo não estando presente, o fato ali narrado “realmente ocorreu”, pois a informação advém do documento oficial supracitado. Porém, nesse caso especificamente, o cronista

¹⁵ Ambos escrevem tratados acerca da questão, embora com visões diametralmente opostas. Enquanto William of Pagula critica severamente as ações de Eduardo II nesse sentido e orienta Eduardo III a não repeti-las, Walter of Milemete incentiva seu emprego, pois do mesmo modo que camponeses e nobres tinham seus deveres para com a defesa do reino, assim também cabia aos clérigos sua parte na cessão de bens para custeá-la (NEDERMAN, 2002).

intercala o uso do documento com breves comentários reprobatórios que revelam o ponto de vista de um clérigo contrário àquele tipo de prática. Ele credita os incidentes ocorridos durante a realização das festividades, como o grande incêndio que atingiu o convento do hospital de São João de Jerusalém em Londres, ao “dêmonio que estava desejoso em demonstrar a origem de sua malignidade”, e “mesmo com a morte de cinco seres humanos” e de “um cavaleiro durante o torneio”, “as justas prosseguiram com grandiosidade sem precedentes, com toda a pompa e vanglória deste mundo” (CHRONICON, 2008: 121). Em um período onde o cavaleirismo está em voga, a crítica do cronista contra os torneios e a atribuição de elementos sobrenaturais apontam para uma esquematização religiosa na explicação do evento, muito embora, como vimos destacando, aquela crônica apresente elementos de um indivíduo diretamente ligado ao século.

De qualquer maneira, a interpolação entre a narrativa e a referência direta à documentos oficiais é um de seus artifícios corriqueiros, e nada menos do que nove deles podem ser identificados como cópias em sua crônica, que vão desde a lista de mortos e reféns entre os franceses e seus aliados após a batalha de Poitiers, bulas papais e a listas de líderes que seguiriam Eduardo III para sua campanha em novembro de 1359 até o texto completo do tratado anglo-francês acordado em Brétigny em 1360 (SCOTT-STOKES; GIVEN-WILSON, 2008: XXI). Desse modo, o Anônimo apresenta a guerra sob uma faceta político administrativa, onde as atitudes cavaleirescas, vigentes na escrita da história daquele momento, raramente são destacadas. O que lhe interessa, a primeira vista, é o aspecto burocrático, de registro com tons arquivísticos sobre os ganhos nobiliárquicos em terras e títulos.

Embora não tenha demonstrado interesse vivaz pelas ações do combate e de suas peculiaridades e não exista qualquer indício de que aquele cronista tenha lutado contra os franceses durante sua vida¹⁶, o Anônimo não esteve alheio à depreciação ao inimigo que provavelmente circulou entre os guerreiros e aqueles que se interessavam pelos seus relatos. Não há, ao longo de sua narrativa, descrições sobre a proeza (*prowess*) e a liberalidade (*largesse*) praticada pelos ingleses em situação marcial, como nas crônicas contemporâneas *The Life of the Black Prince* ou nas *The True Chronicles of Jean le Bel*, por exemplo, porém o cronista cantuariense não deixa de partilhar o interesse de outros

¹⁶ Outros contemporâneos, como Thomas Gray, Geoffrey le Baker e Jean le Bel em algum momento inserem em suas narrativas elementos advindos de sua experiência bélica, ou mesmo de relatos a que acederam devido ao contato direto com outros homens que por sua vez também guerrearam contra franceses, escoceses e seus aliados.

responsáveis pela escrita da história na descrição dos adversários sob um viés aviltante, ou seja, onde suas ações bélicas são adjetivadas de forma pejorativa ou mesmo fora dos esquemas de percepção mental da ‘guerra justa’. Cronistas ingleses e escoceses, por exemplo, tinham por dentro suas metas, de forma velada ou não, realizar o que hoje chamaríamos, com as devidas ressalvas, de ‘propaganda de guerra’ (JONES, 1979: 18 – 30).

Assim, por exemplo, a lista de adjetivações imputadas aos escoceses em crônicas inglesas na primeira metade do século XIV passa por vocábulos como *thieves* (ladrões), *traitors* (traidores), *deceivers* (enganadores), *wretches* (vis), *sots* (beberrões) e *cursed caitiffs* (covardes malditos) (PENMAN, 2007: 218), e ao longo da presente crônica igualmente observamos a presença desse tipo de nomenclatura que, de modo geral, atribui aos inimigos as atitudes que não condizem com a conduta esperada no campo de batalha segundo os parâmetros cavaleirescos, em alta naquele período do século XIV. Em certa altura de sua narrativa, o Anônimo afirma que os franceses são *malefactors* (malfeitores) e emitem palavras enganosas (*deceitful words*), fogem em pânico da batalha (*flee the battle in fear*), violam mulheres (*ravish women*) e comem carne (*eat meat*) em períodos sagrados como a Quaresma (CHRONICON, 2008: 61). Nesse mesmo sentido, segundo o cronista, posteriormente a ratificação do tratado de Brétigny em 1360, e portanto com uma trégua em vigência legalmente reconhecida por ambos os monarcas e pela nobreza de ambos os reinos, os franceses secretamente desembarcaram em Wilchesea e atacaram com “intenções hostis (*hostiliter intrauerunt*) a cidade, cruelmente (*crudeliter*) tiraram a vida de todos os que conseguiram e, após tais ações, embarcaram o botim em seus navios e atearam fogo a vinte e quatro embarcações” (CHRONICON, 2008: 59 - 63).

Imputar às ações do inimigo atos de “crueldade” fora uma das estratégias retóricas empregadas ao longo do medievo como uma ferramenta para tornar ilícitas suas ações em âmbitos diversos. Logo, eram comuns representações e esquematizações tachadas ao outro, como a de “pagãos”, ocorridas durante a Reconquista, ou mesmo de contraventor das leis seculares e divinas, que a seu modo ganham nuances demeritórias com fins de justificar o embate àquele grupo que partilha de um mesmo éthos. Pode-se conjecturar que, se em períodos anteriores a Baixa Idade Média, o inimigo a ser combatido era originário de regiões exteriores e longínquas à cristandade ocidental, naquele momento observavam-se grandes conflitos entre grupos internos àqueles territórios, como no caso dos reis e nobres da Inglaterra e da França (BARAZ, 2003:

123). Isso faz com que outros mecanismos precisassem ser criados para embasarem o conflito sem que entrassem em choque com valores que permeavam a concepção do mundo daqueles homens. O Anônimo, bem como seus contemporâneos, realizam a descrição de um inimigo que permanece cristão, porém que em suas descrições procura colocá-los agindo às margens de um sistema de regras estabelecido, ou seja, ao violarem tréguas, destruindo propriedades pertencentes a signatários que estão sob a proteção do rei e atacando não-combatentes, o combate àqueles homens, ainda que praticantes da mesma fé, torna-se juridicamente viável tanto sob a égide dos direitos canônico e romano (WHEATHAM, 2009: 73 – 113).

Destarte, tal estratégia integra a concepção de história presente em crônicas diversas naquele período. A função exemplar dos textos, indissociável de sua retórica, buscava a persuasão moral dos indivíduos para que seguissem os bons exemplos do passado e se afastassem dos maus. Um dos propósitos básicos da escrita da história era a edificação, mais preocupada com a propagação de uma espécie de “idealismo moral” do que com a análise concreta da realidade (SPIEGEL, 2002: 79). Somado à função exemplar, no século XIV, os cronistas ingleses registram de forma mais ávida dois tipos de eventos em particular: os conflitos anglo-franco-escoceses e as tensões políticas internas em grande parte decorrentes de tais contendidas (TAYLOR, 1987: 3). Não obstante, as crônicas do período, dentre as quais a do Anônimo de Canterbury parece não ter sido exceção, aparentam terem concebido a história recente, ou seja, aquela escrita contemporaneamente pelo cronista, de forma distinta aos modelos anteriores, embora o grau desta distinção ainda seja uma questão em aberto para os historiadores modernos. Dito de outro modo, embora no século XIV os cronistas laicos fornecessem um viés explicativo alternativo à concepção monástica, os primeiros ainda empregavam modelos organizacionais e explicativos que pouco diferiam dos últimos (GELLRICH, 1995: 123 - 124).

Uma hipótese para que isso ocorresse é a de que no reino inglês não houve um centro de produção da história oficial, como a Torre do Tombo em Portugal, mas sim cronistas que representavam os interesses monásticos e aristocráticos aos quais estavam ligados e, no caso do cronista em questão, é possível que seu texto tenha servido, ou ao menos tencionado asseverar os direitos do monarca em território francês. Se a forma de governança passa por uma lenta transformação em relação a períodos anteriores devido a produção de um imenso volume de documentação burocrática produzida em âmbitos

que vão do gerenciamento dos *manors*¹⁷ por proprietários de terras em vilarejos até os registros das atividades do parlamento, a escrita da história também é tocada pela crescente capacidade de leitura e escrita, pois na Inglaterra do século XIV, em sua maioria os agentes burocráticos do rei, e talvez mesmo da nobreza, eram clérigos formados em universidades (WAUGH, 1991: 141 – 142). O cronista anônimo de Canterbury pode justamente ter sido um destes clérigos que aparentemente possuía grande mobilidade nos escalões governamentais, colocando-o em posição vantajosa para a coleta de material para sua crônica, pois as habilidades adquiridas pelos eclesiásticos para cumprir suas tarefas nas paróquias tornavam-os exímios administradores, cuja crônica, de caráter compilatório, atende simultaneamente à função memorialista, um lugar comum na escrita cronística medieval, mas também administrativa ao listar direitos e obrigações advindos da nova configuração de poder resultante dos triunfos contra inimigos em terras continentais.

Portanto, a Crônica do Anônimo de Canterbury encontra-se inserida em um momento quando a guerra é o mote das narrativas cronísticas, mas os embates e a honra decorrente da participação nos mesmos, se fez parte de seus interesses, não recebe os contornos dados por seus coetâneos. Uma última ressalva que fazemos é que ela deve ser considerada não apenas dentro do contexto belicoso, mas sim de uma produção da história em prosa para um público interessado nas façanhas guerreiras e na literatura de cavalaria em voga no momento, e que gradativamente também vinha ganhando conhecimento sobre a capacidade de leitura e, em alguns casos, como o supracitado Thomas Gray, também da escrita. Ainda encontra-se por fazer um trabalho sobre a Inglaterra trecentista nos moldes e profusão de conhecimento sobre a disseminação destas habilidades e da composição documental como fizera Michael Clanchy no período normando (CLANCHY, 1993), porém podemos conjecturar que a partir dos usos em grande medida da documentação escrita pelo Anônimo e outros congêneres, a forma de concepção histórica naquele momento estava por alterar-se significativamente em relação ao séculos anteriores. Não se trata de medir em que níveis essa alteração se deu em relação aos relatos orais, mas sim pensar em que medida o texto escrito é entendido como crível e válido de reputa na manutenção da história pela sociedade daquele momento.

¹⁷ Uma propriedade rural que compreende aos domínios do senhor (incluindo as terras de seus servos campesinos) e outros bens fixos empregados para arrendamentos e atividades diversas (COREDON; WILLIAMS, 2004: 184).

3. Conclusão

Nossa exposição sobre alguns dos elementos constituintes da crônica, bem como de seu contexto de produção, é voltada para a reflexão de questões que permeiam os estudos medievais contemporâneos. Se a crônica do Anônimo de Canterbury não figura entre aquelas de maior circulação de seu tempo, como o “best-seller” *Polychronicon* de Ranulf Hidgen, ela ao menos se torna uma fonte de interesse ao narrar os conflitos anglo-franceses sob perspectivas que destoam das chamadas crônicas cavaleirescas, em voga naquele momento.

Em suma, o texto ganha valor meritório não apenas pela relação entre fato/ficção na Idade Média, mas também pela seleção de temas e documentos feita pelo Anônimo para representar sua realidade. Comumente, as guerras no medievo são recordadas pelas nomenclaturas toponímicas e pelas descrições de feitos de membros dos grupos governantes, porém não se deve relegar à segundo plano os esforços feitos nas últimas décadas para que igualmente seja concebida uma historiografia daqueles que registraram e construíram a história do período. Homens e também mulheres sobre os quais por vezes não se sabe muito mais do que sua ocupação em alguns períodos da vida, data de nascimento e morte, e cujos nomes evanesceram, nos legaram textos que, em certa medida nos possibilitam, nas palavras do cronista agostiniano Henry Knighton (? – c. 1396), “reavivar questões que, caso não tivessem sido escritas, teriam definhado” (GIVEN-WILSON, 2004: 57 - 58). Nesse caso, resta-nos a dupla tentativa de repensar sua imagem de agentes passivos, altamente dependentes dos mantenedores laicos que muitas vezes foi pintada pelos períodos posteriores, ao mesmo tempo em que também devemos historicizar o seu fazer não como algo preso a fixidez de regras para sua escrita, mas sim na certa permeabilidade exercida sobre tal atividade por escolhas pessoais, no modo de composição e seleção de materiais inseridos nas ideias e percepções do período, afetando assim diretamente as formas de produção e o conteúdo resultante presente em suas crônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação

BAKER, Geoffrey. *The chronicle of Geoffrey Le Baker of Swinbrook*. Translated by David Preest; introduction and notes by Richard Barber. Woodbridge: Boydell Press, 2012.

CHRONICON anonymi cantuariensis: The chronicle of anonymous of Canterbury 1346 – 1365. Edited and translated by Charity Scott-Stokes and Chris Given-Wilson. Oxford: Clarendon Press, 2008.

FROISSART, Jean. *Crônicas*. Edición a cargo de Victoria Cirlot y J. E. Ruiz Domenec. Madrid: Siruela, 1988.

HIDGEN, Ranulf. *Polychronicon Ranulphi Hidgen Monachi Cestrensis*: together with the English translations of John Trevisa and of an unknown writer of the fifteenth century. Edited by Churchill Babington. London: Longman, Green, Longman, Roberts, and Green, vol. 1, 1865, p. 21

OCKHAM, William. Whether a prince can receive the goods of the church for his own needs, namely, in case of war, even against the wishes of the pope. In: NEDERMAN, Cary. *Political thought in early fourteenth-century England*: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002, p. 141 – 197.

SEVILLE, Isidore. *The Etymologies of Isidore of Seville*. Translated by Stephen A. Barney [et al.]; with the collaboration of Muriel Hall. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

THE CHRONICLE OF LANERCOST: 1272-1346. Translated by Sir Herbert Maxwell. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1913.

VITA EDWARDI SECUNDI: the life of Edward the Second. Re-edited text with new introd., new historical notes, and revised translation based on that of N. Denholm-Young by Wendy R. Childs. Oxford: 2005.

THE SONG against the king's taxes. In: WRIGHT, Thomas (Ed.). *The political songs of England*: from the reign of John to that of Edward II. Edited and translated by Thomas Wright. London: Camden Society, 1839.

Obras de referência

AMADO, Teresa. *O passado e o presente*: ler Fernão Lopes. Lisboa: Presença, 2007.

BARAZ, Daniel. *Medieval cruelty*: changing perceptions, late antiquity to the early modern period. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2003.

BARTLETT, Richard. *History and Historians*: selected papers of R.W. Southern. Malden, MA: Blackwell, 2004.

BEIDLER, Peter G. The plague and Chaucer's pardoner. *The Chaucer review*, v. 26, n. 3, p. 257 – 269, Winter 1982.

CLANCHY, M. T. *From memory to written record*: England 1066-1307. Oxford: Blackwell, 1993.

COREDON, Christopher.; WILLIAMS, Ann. *A dictionary of medieval terms and phrases*. Cambridge: D.S. Brewer, 2004.

GALBRAITH, V. H. *Historical research in medieval England*. London: University of London, 1951.

GELLRICH, Jesse. *Discourse and dominion in the fourteenth century: oral contexts of writing in philosophy, politics and poetry*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1995.

GILSON, Étienne. A idade média e a história. In:_____. *O espírito da filosofia medieval*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GIVEN-WILSON, Chris. *Chronicles: the writing of history in late medieval England*. London: Hambledon and London, 2004.

_____. Official and semi-official History in the later middle ages: The English evidence in context. In: KOOPER, E. (Ed.). *The Medieval Chronicle V*. Amsterdam: Rodopi, 2008.

GRANSDEN, A. *Historical writing in England I: c. 550 to 1307*. London: Routledge, 2000.

_____. *Historical writing in England II: c. 1307 to the early sixteen century*. London: Routledge, 2000.

HORROX, Rosemary. *The black death*. Translated and edited by Rosemary Horrox. Manchester; New York: Manchester University Press; New York: distributed in the USA by St. Martin's Press, 1994.

JONES, W. R.. The English church and royal propaganda during the hundred years war. *Journal of British Studies*, Chicago, v. 19, n.1, p. 18–30, 1979.

MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In: SILVA, Glaydson José (Org.). *A escola metódica*. Seleção de textos, tradução e organização por Glaydson José da Silva; Apresentação de Leandro Karnal. Campinas, SP: Unicamp/IFCH, 2006.

NEDERMAN, Cary. *Political thought in early fourteenth-century England: treatises by Walter of Milemete, William of Pagula, and William of Ockham*. Edited and translated by Cary J. Nederman. Tempe, Ariz.: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies; Turnhout, Belgium: Brepols, 2002.

PENMAN, Michael. Anglici caudati: abuse of the English in fourteenth-century Scottish chronicles, literature and records. In: KING, Andy.; _____ (Ed.). *England and Scotland in fourteenth century: new perspectives*. Woodbridge: Boydell, 2007.

SPIEGEL, Gabrielle. M. Historical thought in Medieval Europe. In: KRAMER, L; MAZA, S. (Eds.). *A companion to Western historical thought*. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell Publishers, 2002.

A CRÔNICA DO ANÔNIMO DE CANTERBURY E A ESCRITA DA HISTÓRIA NA
GUERRA DOS CEM ANOS (1346 – 1365)

_____. *The past as text: the theory and practice of medieval historiography*. London: John Hopkins University Press, 1997.

SMALLEY, B. *Historians in the Middle Ages*. London: Thames & Hudson, 1974.

TAIT, James. Introduction. In: *CHRONICA JOHANNIS de Reading et anonymi Cantuariensis: 1346 – 1367*. Edited with introd. and notes by James Tait. Manchester: University Press, 1914.

TAYLOR, J. *English historical literature in the fourteenth century*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

TOUT, Thomas.Frederick. *The Study of medieval chronicles*. Manchester: University Press, 1922.

VERBRUGGEN, Jans. *The art of warfare in western Europe during the Middle Ages: From the eighth century to 1340*. Translated by Summer Willard; R. W. Southern. Woodbridge: The Boydell Press, 1997.

WAUGH, Scott. *England in the reign of Edward III*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WHEATHAM, D. *Just wars and moral victories: surprise, deception and the normative framework of European war in the later middle ages*. Leiden; Boston: Brill, 2009.

WOOLF, D.R. *Genre into artifact: the decline of the English chronicle in the Sixteenth Century*. *Sixteenth Century Journal*, Kirksville, v. 19, n. 3, p. 321 – 354, Autumn 1988.

Data de recebimento: 04/05/2014

Data de aceite: 19/11/2014